

M

MÉDIAS EMPRESAS

50% dos fundos do
PT 2020 já estão
a concurso [PIV/V](#)

Centro investigação
no Minho recebe 15
milhões da CE [PVI](#)



Jock Fistick/Bloomberg

Programa Portugal 2020

Enquanto o Governo estabelece como prioridade a aceleração da execução dos fundos comunitários, e revela um número recorde de candidaturas, o tecido empresarial continua “por convencer”. Complexidade e incumprimento dos prazos são as grandes barreiras por ultrapassar.

PORTUGAL 2020

Candidaturas aumentam mas execução continua tímida

A complexidade das candidaturas mas sobretudo o incumprimento dos prazos de análise e de decisão são entraves por ultrapassar.

Sónia Bexiga
sbexiga@jornaleconomico.pt

De entre os mais recentes números referentes aos concursos dos sistemas de incentivos empresariais, no âmbito do Portugal 2020 (PT 2020), o ministério do Planeamento e das Infraestruturas destaca o registo, nos meses de setembro e outubro, de um novo recorde de candidaturas, com um volume global de propostas de investimento de 3,2 mil milhões de euros.

Os dados compilados pelo ministério mostram ainda que os 3227 projetos produtivos apresentados preveem a criação líquida de mais de 12400 postos de trabalho e um crescimento das exportações de 2,2 mil milhões de euros.

Tratando-se de um conjunto de projetos de investimento privado, parcialmente apoiados pelos programas do PT 2020, ficando uma parte do financiamento do lado dos promotores, estas candidaturas incorporam um volume significativo de investimento em investigação e desenvolvimento, nomeadamente os projetos estratégicos de I&D promovidos por empresas em parceria com universidades e entidades do Sistema de Investigação e Inovação.

Ao analisar estes números é ainda possível concluir que o valor de investimento proposto nestas candidaturas suplanta o dos concursos do mesmo tipo realizados em abril e maio, os quais já haviam registado uma afluência recorde desde o início da aplicação dos fundos europeus em Portugal. Nessa altura, as propostas de investimento atingiram um valor global de três mil milhões de euros. O mi-

nistério dá ainda nota de que das candidaturas apresentadas, 85% já foram analisadas e os projetos que viram luz verde perfazem o valor global de 1,6 mil milhões de euros, os quais terão um incentivo de 800 mil euros dos fundos.

Recentemente, no debate do Orçamento do Estado para 2017 (OE 2017) na Especialidade, o ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, garantiu que o Governo está a acelerar dos pagamentos às empresas no âmbito do PT 2020, que fará chegar, até ao final do próximo ano, mil milhões de euros. “Esta dinâmica nos apoios concedidos às empresas está a transmitir confiança aos empresários, cujas candidaturas ao Portugal 2020

continuam a bater recordes em termos de intenções de investimento”, reforçou.

Na sequência do Plano 100 – 100 milhões de euros às empresas nos primeiros 100 dias de governo – o Governo tem o objetivo de pagar às empresas 450 milhões de euros até ao final do ano. Em 31 de outubro, os pagamentos tinham atingido os 378 milhões de euros. Em 2017, de acordo com o OE, as empresas deverão receber pagamentos dos fundos europeus do PT 2020 da ordem dos mil milhões de euros.

Avaliação: “Suficiente” chega?

Para quem acompanha as empresas no terreno, particularmente neste universo do financiamento via PT 2020, a execução do programa está longe do seu potencial máximo.

João Aranha, partner da consultora Baker Tilly, defende mesmo que “poderia ter sido feito melhor”, no entanto, acrescenta, que “está em curso uma reformulação do mesmo, pelo que acredito que poderemos vir a ter uma execução mais célere e efetiva já em 2017. Não faço uma avaliação negativa da execução dos fundos do PT 2020, mas não nos podemos contentar com o ‘suficiente’, devemos aproveitar ao máximo este pacote financeiro que permite dotar os agentes económicos a atuar em Portugal de meios técnicos e humanos mais eficazes e assim ombrearmos com os nossos competidores a nível europeu e mundial”.

Apesar de considerar que assistimos a um arranque tímido do PT 2020, “longe de comprometedor, mas tímido”, João Aranha sublinha que o impacto do programa na economia nacional está a ser positivo, mas, acredita, “poderíamos ir mais além, a decidir de forma mais célere, a



cumprir os prazos definidos, tanto para publicação de concursos, como para análise de candidaturas”. E acrescenta: “se por um lado é positivo a verba de fundos que já foi disponibilizada aos agentes económicos, e tendo em consideração o efeito multiplicador que o investimento tem na economia nacional, por outro lado o atraso na publicação de concursos e na análise de candidaturas, tem exatamente o efeito contrário, isto é, atrasar investimento e consequentemente promover a estagnação da economia”.

Cumprir é a palavra de ordem

Diante deste cenário, o que pode então ser feito para melhorar? Para João Aranha, o cerne da questão está no cumprimento, tanto dos prazos na análise de candidaturas como dos calendários anunciados. “Qualquer agente económico pondera bastante os investimentos e timings, e se pondera uma candi-

datura ao PT 2020 irá com certeza informar-se dos concursos disponíveis, das datas de abertura e dos prazos para resposta. Ora, se nada do acima for cumprido por parte dos organismos intermédios, irá existir uma frustração por parte dos agentes económicos e levar a uma suspensão dos investimentos, podendo ainda ter impacto em investidores estrangeiros, que optarão por outros países dada a falta de estabilidade e cumprimento de prazos que se verifica”, explica. Mas as dificuldades não se ficam por aqui.

Além da incerteza do timing das decisões, a grande maioria das empresas fica apreensiva quando olha para um formulário de candidatura ao PT 2020. “É uma candidatura que exige a disponibilização de muita informação, e acima de tudo, de uma reflexão estratégica aprofundada acerca do setor de atuação, das vantagens competitivas da empresa, das suas forças, fraque-



PT 2020

Governo quer “começar” a renegociar fundos

Estas negociações visam incluir algumas das prioridades do Plano Nacional de Reformas.

Depois de no recente ciclo de sessões “Cinco Regiões, Mais Investimento”, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, ter garantido publicamente que o ritmo “muito superior” ao do período homólogo do anterior quadro comunitário (QREN) é exemplo de que a execução do PT 2020 atingiu a “normalidade, finalmente”, fez também saber que o desejo do Governo é “pelo menos iniciar a renegociação dos fundos comunitários junto da Comissão Europeia em 2017, já que é um processo lento de aprovação”.

Recorde-se que estes encontros, que passaram pelas cinco regiões do continente, tiveram como principal objetivo fazer o ponto de situação da aplicação dos fundos europeus do PT 2020 e esclarecer dúvidas dos autarcas e empresários, aos quais Pedro Marques assegurou que o investimento autárquico “é uma prioridade” e que há “já muitas centenas de milhões de euros de investimento no terreno ou em concurso”, pelo país.

Em entrevista recente ao Público, Pedro Marques defendeu que o PT 2020, “não reflete necessariamente as prioridades deste Governo”, uma vez que foi negociado pelo Executivo anterior. Para o ministro, o Programa Nacional de Reformas “tem seis prioridades claras que precisarão de ser financiadas”, razão pela qual considera que “o PT 2020 tem claramente insuficiência de dotação relativamente à qualificação de adultos e das competências escolares em particular”.

Por outro lado, não deixou de reiterar que o próximo ciclo de

infraestruturas a lançar após o PT 2020 “deve ser consensualizado com dois terços de apoio parlamentar”, pelo que, neste momento, a questão do comboio de alta velocidade (TGV) “não está em cima da mesa. Mas vamos olhar para a mobilidade e encontrar soluções, desejavelmente em consenso, para o Plano de Mobilidade 2030”, concluiu.

Assim, neste contexto, o ministro do Planeamento e Infraestruturas garantiu que o ritmo na execução dos fundos comunitários é para manter, que a meta é chegar a 2017 com mil milhões de pagamentos e ainda admite ser possível, globalmente, “atingir um quantitativo de cinco mil milhões de investimento público e privado apoiado pelos fundos”.

Ficou ainda nota da existência de uma “dotação específica para pagamentos de contrapartida nacional” de 100 milhões de euros no OE 2017 que permitirá “alavancar 600 ou 700 milhões no total”. “É uma espécie de ‘pool’ de fundos para não pararmos de os executar”, concluiu. ■

Para o Governo, o PT 2020 “não reflete necessariamente” as suas prioridades

zas, oportunidades e ameaças (análise swot), entre muitas outras componentes estratégicas e de marketing existentes e a implementar”, elucidada. E apesar de considerar que qualquer empresário “deve ter sempre na cabeça o plano estratégico que delineou para a sua empresa”, admite que muitas PME não têm um plano tão aprofundado como é pedido ou, pelo menos, “que tenham usado os jargões técnicos empregues no formulário de candidatura e retirados de uma manual de estratégia e marketing”, frisa.

Futuro: mais apoio, maior celeridade

Certo de que “devemos dar ao PT 2020 um lugar de destaque e assumir que este programa é de facto muito relevante para o desenvolvimento de um Portugal mais desenvolvido e coeso”, João Aranha considera que a reprogramação do PT 2020, levada a cabo pelo atual que o Governo, terá um impacto signifi-

Para além da incerteza do timing das decisões, a grande maioria das empresas fica apreensiva quando olha para um formulário de candidatura ao PT 2020

cativo. O Governo, defende, tem as bases para melhorar bastante o modo de funcionamento e de resposta aos interessados. “Por um lado está ciente dos erros destes primeiros anos de PT 2020 e, por outro, está consciente que tem que funcionar na perfeição para atingirmos os níveis de crescimento económico tão desejados”.

Em seu entender, nos próximos anos, o PT 2020 será mais célere e apoiará mais e mais projetos e empresas, levando Portugal “a níveis de crescimento equiparados à nossa qualidade técnica, ao nosso espírito inovador, às nossas características únicas de empreendedores destemidos e ousados. O tecido empresarial está pronto e com ideias a fervilhar, pelo que esperamos que a reprogramação do PT 2020 esteja à altura dos desafios cada vez mais interessantes que as empresas enfrentam num mercado europeu altamente globalizado e competitivo”, conclui. ■



Cristina Bernardo

50% dos fundos do Portugal 2020 já estão a concurso

No 3º trimestre deste ano destacou-se a medida excecional e temporária: “Aceleração do Investimento”, um dos instrumentos prioritários para relançar a economia a curto prazo.

Sónia Bexiga
sbexiga@jornaleconomico.pt

Em prol da promoção do investimento, alicerce principal do desenvolvimento do Portugal 2020 (PT 2020), a aposta tem sido canalizada, assegura a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no mais recente Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia, “para a abertura de novos concursos e para o lançamento de um conjunto de medidas de aceleração do investimento, através da agilização do acesso aos fundos estruturais”. É neste contexto que surge então a medida “Aceleração de Investimento”, a qual visou incentivar a execução e a antecipação do investimento de forma concentrada em 2016. E como principais visados desta medida foram eleitos: empresas com investimentos contratados ou a contratar no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva, e ainda, municípios com contratos celebrados ou a celebrar no âmbito do PEDU – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e PARU – Planos de Áreas de reabilitação Urbana.

Mais de mil concursos abertos

Até ao final do trimestre em análise, o número de concursos abertos no PT 2020, ascendia a

1112. O Boletim avança ainda que, entre estes concursos, 1069 destinaram-se à aprovação de operações (incluindo as de assistência técnica) e 43 à aprovação de estratégias de desenvolvimento territorial. Por outro lado, acrescenta, cerca de metade dos concursos abertos foram enquadrados no domínio da competitividade e internacionalização (o grande líder nesta análise, independentemente do parâmetro), com os apoios diretos às empresas a totalizar 411 concursos, ou seja, 37% do total dos concursos abertos no PT 2020. Ainda neste capítulo, também com um número relevante de concursos abertos, destacam-se os domínios do desenvolvimento rural e da sustentabilidade de recursos, com 159 e 137 concursos respetivamente, em particular nas áreas da competitividade agroflorestal e organização da produção rural e do ambiente.

50% dos fundos programados a concurso

Neste momento, o PT 2020 tem já metade dos fundos programados colocados a concurso. Segundo especifica o Boletim, nestes concursos foram apresentadas candidaturas com intenções de investimento que ultrapassam os 31 mil milhões de euros, dos quais 54% se destinam ao domínio da competitividade e internacionalização.

Os fundos colocados a concurso até final de setembro de 2016 ascendem a 12,8 mil milhões de euros (excluindo 2,4 mil milhões para estratégias de desenvolvimento territorial), o que representa 49% do total de fundos

Importa também reter que, cerca de três quartos do investimento total apresentado a concurso foi aprovado.

No que ao volume de fundos aprovados diz respeito, até ao final do 3º trimestre de 2016, atingiu os 7,9 mil milhões de euros, destinados a financiar operações de investimento no valor de 12,6 mil milhões de euros (sendo que a taxa média de financiamento elegível era de 68%).

Em matéria de domínios, é o da competitividade e internacionalização que lidera, com 38% dos fundos aprovados, destacando-se claramente os apoios às Pequenas e Médias Empresas (PME) com cerca de um quarto do total dos fundos aprovados.

Nota ainda para a concretização dos projetos financiados (que se traduziu em mais de dois mil milhões de fundos executados, o que significa ter alcançado uma taxa de execução de 8%, mais 1,4 pontos percentuais do que o registado no final do 2º trimestre deste ano. Particularmente sobre a execução, importa salientar a relevância dos domínios temáticos “desenvolvimento rural e do capital humano” que, em conjunto, representam 70% do total dos fundos executados, sustentados pelos financiamentos para a competitividade das explo-



DESDE A ABERTURA DO 1º CONCURSO DO PT 2020 (NOVEMBRO 2014) ATÉ AO 3º TRIMESTRE DE 2016:

1112

CONCURSOS ABERTOS

1,6

CONCURSOS ABERTOS, EM MÉDIA, POR DIA

293 mil

CANDIDATURAS APRESENTADAS

426

CANDIDATURAS APRESENTADAS, EM MÉDIA, POR DIA

255 mil

OPERAÇÕES APROVADAS



Jock Fistick/Bloomberg

rações agrícolas e ecossistemas, e para a educação.

Dotações de fundos

Ao apresentar a execução financeira do PT 2020, o Boletim também revela os principais números referentes às dotações de fundos colocadas a concurso.

Assim, os fundos colocados a concurso até final de setembro de 2016 ascendem a 12,8 mil milhões de euros (sendo que este número exclui os 2,4 mil milhões destinados a estratégias de desenvolvimento territorial, o que representa 49% do total de fundos programados no PT 2020. Também nesta área o domínio da competitividade e internacionalização se evidencia, pela positiva, ao representar 40% desse total, com cerca de cinco mil milhões de euros disponibilizados para financiamento de investimentos. Já os incentivos destinados às PME totalizam 2,6 mil milhões de euros desta dotação e os canalizados à I&D&I, 1,2 mil milhões de euros.

Por último, importa ainda reter que, no 3º trimestre de 2016, foi no domínio da competitividade e internacionalização que se verificou o maior acréscimo, com mais 1,2 mil milhões de euros de fundos colocados a concursos.

Apoio às PME em destaque

Especificamente sobre o apoio do PT 2020 às PME, o Boletim detalha ainda mais valores, nomeadamente, avançando que os financiamentos diretos e indiretos representavam 26% do total dos fundos aprovados. O documento clarifica ainda que, juntamente com as intervenções para os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas do domínio do desenvolvimento rural, com 11% do total dos fundos, estas áreas assumem-se, até então, como as que têm maior proporção de fundos alocados. Porém, também as áreas de intervenção de I&D&I e da educação, com 10% e 8% dos fundos aprovados, respetivamente, em particular para as atividades de I&D&I empresariais e para o ensino profissional para jovens. ■

Encerramento do QREN

Prestes a chegar ao seu encerramento financeiro, o QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, atingiu, à data de fecho do 3º trimestre deste ano, um nível de execução na ordem dos 102%, num montante de 21,4 mil milhões de euros. Valor que corresponde a um investimento total de aproximadamente 30 mil milhões de euros.

Assim, segundo avança este Boletim, as Autoridades de Gestão, já com as despesas validadas, avançaram para o encerramento administrativo e financeiro dos Programas Operacionais, assegurando taxas de execução superiores a 100% e, desta forma, garantindo a total absorção dos fundos.

Quanto aos resultados operacionais dos investimentos apoiados pelo QREN, estes foram obtidos, essencialmente, por sistemas de qualificação e educação (apoiados pelo FSE), por apoios diretos às empresas (FEDER), e ainda pela valorização territorial que se traduziu nas acessibilidades e mobilidade (apoiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão) e na proteção e igual valorização do ambiente (apoiadas pelo Fundo de Coesão). Assim, nestes diferentes contextos, destacam-se alguns dos números alcançados, nomeadamente, 628 mil formandos abrangidos em ações de dupla certificação; mais de 12 mil empresas apoiadas no âmbito dos sistemas de incentivos ao investimento, das quais 1,8 mil são startups; mais de 3,4 mil km de rede de abastecimento e 6,1 mil de rede de saneamento de águas residuais.

PAGAMENTOS DA COMISSÃO EUROPEIA AOS 28 ESTADOS MEMBROS (2014-2020)

370

OPERAÇÕES APROVADAS, EM MÉDIA, POR DIA

11,542 1223

mil milhões mil milhões

TOTAL DE FUNDOS TRANSFERIDOS PELA CE

VALOR DOS FUNDOS TRANSFERIDOS PARA PORTUGAL

11%

DO VALOR TOTAL DOS FUNDOS TRANSFERIDOS PELA CE FORAM PARA PORTUGAL

1º

PORTUGAL OCUPA A PRIMEIRA POSIÇÃO ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS QUANTO A MONTANTES TRANSFERIDOS



Foto cedida por UMinho

COMISSÃO EUROPEIA

Incentivos para empresas em fase de arranque

“Start-up and Scale-up” é a iniciativa da União Europeia que pretende combater os obstáculos à expansão das empresas portuguesas na Europa.

A iniciativa da Comissão Europeia “Start-up and Scale-up” é dirigida a todos os empresários inovadores da Europa com empresas em fase de arranque e expansão.

Este projeto reúne uma série de ações novas e existentes que a União Europeia já oferece, e introduz como elemento novo uma ênfase no investimento de capital de risco, na legislação em matéria de insolvência e na tributação.

Assim, algumas das ideias propostas passam por melhorar o acesso ao financiamento, através de um fundo de fundos de capitais de risco pan-europeu a ser lançado pela Comissão e pelo Banco Europeu. A União Europeia (UE) disponibilizará investimentos de base num montante máximo de 400 milhões de euros em fundos de capital de risco. Esta intervenção complementa os instrumentos de financiamento da UE já existentes, como o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), o programa europeu COSME para as Pequenas e Médias Empresas (PME) e o programa Horizonte 2020.

Uma outra oportunidade para os empresários decorre de uma proposta levada a cabo pela Comissão que permitirá que as empresas em dificuldades financeiras se reestrutrem numa fase precoce, de modo a evitar situações de falência e despedimentos.

A par destas iniciativas, incluem-se outras, como declarações fiscais mais simples, planos para uma simplificação do siste-

ma de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) na UE, melhores práticas em regimes fiscais aplicáveis ao capital de risco nos Estados-membros e ainda iniciativas no apoio melhorado à inovação através de reformas ao programa Horizonte 2020.

Em 2017, a Comissão apresentará também propostas para a criação de um portal digital único com vista a oferecer aos cidadãos e às empresas um acesso mais fácil aos procedimentos, assistência e aconselhamentos relativos ao mercado único. ■

Nos últimos anos, a Comissão propôs uma série de políticas, como a União dos Mercados de capitais, a Estratégia para o Mercado Único e o Mercado Único Digital

MEDICINA REGENERATIVA

Comissão Europeia apoia centro no Minho

Guimarães acolhe o novo centro de investigação europeu de “excelência”, projeto que representa um investimento de cerca de 100 milhões de euros.

A Comissão Europeia financia com 15 milhões de euros o novo centro de investigação de Medicina Regenerativa e Precisão, o “The Discoveries Centre”, uma candidatura coordenada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Este projeto, coordenado cientificamente por Rui Reis, atual presidente da TERMIS, Tissue Engineering and Regenerative Medicine International Society, nasceu na Universidade do Minho e resulta de uma parceria entre cinco universidades portuguesas (Porto, Aveiro, Lisboa e Nova de Lisboa e a University College London, no Reino Unido).

O “The Discoveries Centre”, segundo elucida a Universidade do Minho, em comunicado, “pretende focar-se em investigação multidisciplinar, que será traduzida em métodos inovado-

res a serem aplicados na prevenção e no tratamento de doenças músculo-esqueléticas, neurodegenerativas e cardiovasculares”.

A sede terá lugar no Avepark, em Guimarães, e terá ainda instalações no Porto, Aveiro, Lisboa, e um “campus” de apoio em In-

glaterra. Estas instalações fazem parte do Roteiro Nacional de Infraestruturas Científicas, promovido pela FCT, denominado de TERM Research Hub.

O novo centro, “irá contribuir para o aumento da competitividade do setor da biomedicina e irá estimular, de forma geral, o emprego científico altamente qualificado e o crescimento económico a vários níveis”, acrescenta o comunicado.

Para além dos 15 milhões aprovados agora pela Comissão Europeia, o projeto terá um investimento adicional de 11 milhões, assegurados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e pela FCT.

Nos próximos sete anos, está previsto um investimento total de 100 milhões, a que acrescem as verbas conseguidas pelos investigadores afetos ao centro. ■

Para a UMinho, a criação do “The Discoveries Centre” deverá ter um efeito estruturante na ciência portuguesa

APCC candidata nova sede ao Portugal 2020

O novo projeto da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) custará 1,7 milhões de euros e será candidato a verbas de fundos europeus.

Segundo esclarece o presidente da instituição, Abílio Cunha, em comunicado, o atual imóvel da sede está “muito degradado, apresentando-se pouco confortável e pouco acessível”. As novas instalações ocuparão um terreno na Rua do Conde de

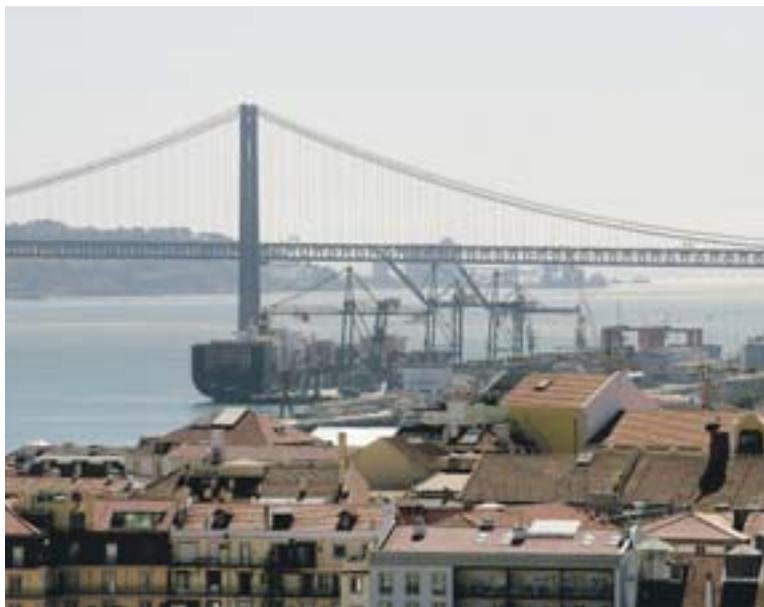
Campo Bello, na freguesia de Paranhos. “Queremos que o projeto possa ser mapeado como equipamento de interesse para a zona norte ou nacional e, com isso, após a abertura das candidaturas do quadro comunitário, integrá-lo nos fundos do Portugal 2020”, acrescenta o responsável.

O investimento terá como finalidade “construir um edifício multifuncional com a afetação dos

diferentes espaços a uma pluralidade de atividades e funções”, explica. O novo edifício terá três pisos para servir também a comunidade universitária, nomeadamente os estudantes deficientes, com ou sem prolemas de mobilidade.

O presidente coloca ainda a hipótese de obter financiamento de outros parceiros como universidades, politécnicos, Câmara ou a Área Metropolitana do Porto.





Pau Barrena/Bloomberg

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Projetos assumidos no âmbito PT 2020 ameaçados

Em risco estão projetos como os sistemas de aviso de tsunamis e a prevenção de incêndios.

Na recente reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa (CMDL), na qual foi apresentado o plano de ação e de orçamento da AML para 2017, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) deu conta de que alguns projetos que assumiu no âmbito do Portugal 2020, como sistemas de aviso de tsunamis e prevenção de incêndios em parques naturais, estão em risco por falta de orçamento.

Para o próximo ano, a AML vai receber 1,688 milhões através do Orçamento do Estado (OE) e 592 mil euros de contribuição dos 18 municípios que a integram. E isto, caso seja equivalente à contribuição realizada este ano.

Segundo avança a Lusa, para Demétrio Alves, primeiro secretário da comissão executiva da AML, tem-se registado uma evolução “sempre a descer” desde 2006, visto que em 2016 “há um aumento de verbas através do OE que tem de ser contextualizado com a assunção de competências como Autoridade Metropolitana de Transportes”. A consequência, frisa ainda, é que alguns planos de investimento, num total de 1,681 milhões de euros, “estão comprometidos de uma forma radical”.

Entre eles estão um sistema de aviso de tsunami para o estuário do Tejo (equipamento e cartografia), a implementação de um sistema de vigilância contra incêndios para os parques de Sintra-Cascais e Mafra e também para o Parque Natural da Arrábida.

Também não está assegurado o orçamento para um projeto de eficiência energética para o edifício-sede da AML, um inquérito à mobilidade dentro da Área Metropolitana, um pacto territorial para a empregabilidade e a criação de uma rede ecológica de valorização da natureza, da biodiversidade, recreio e lazer.

Estes projetos estão com “financiamento não-definido, não estando portanto assegurado, o que quer dizer que não podemos ir para a frente”, declarou Demétrio Alves, salientando que a verba total compreende os projetos do Plano Plurianual de Investimentos (866,702 mil euros) e de um Plano Plurianual de Ações mais relevantes (814,426 mil euros). ■

Em 2017, a AML vai receber 1,688 milhões, via OE, e 592 mil euros de contribuição dos 18 municípios que a integram



Apoiamos as empresas de Portugal

O Santander Totta apoia as empresas com soluções de financiamento e adiantamento dos fundos do Portugal 2020.

Apresente-nos a sua candidatura

Informe-se junto do seu Gestor ou do seu Balcão.
Mais informações em portugal2020.pt

Antecipação sujeita a aprovação prévia das entidades envolvidas.
Não dispensa a leitura da informação pré-contratual.

pt.santanderadvance.com

 Santander

Advance
Empresas 



Nuno Ribeiro, CEO do Grupo Ghost.

INOVAÇÃO

Nunex Worldwide recebe distinção em Paris

A primeira e única marca portuguesa de fraldas para criança, a Nunex, produzida em Viana do Castelo, recebeu um prémio europeu de inovação.

Sónia Bexiga
sbexiga@jornaleconomico.pt

O júri da edição de 2016 do salão Wabel atribuiu à Nunex Worldwide o prémio Inovação, na categoria “Baby Care”, pela conceção da fralda “Active Dry”, destacando-se a marca 100% portuguesa entre outras empresas de renome mundial presentes no certame.

A Nunex conseguiu otimizar três principais características numa fralda: absorção, suavidade e competitividade. A fralda Active Dry é mais absorvente do que a maioria, bastante mais suave e com camada interior que melhora a velocidade de absorção e proporciona uma melhor rehumidificação, ou seja, a pele do bebé man-

tém-se seca por mais tempo.

Um galardão, que significa o reconhecimento do empenho no desenvolvimento de novos produtos, afirma a empresa que pertence ao grupo Ghost, do qual fazem parte ainda a Suavecel e a Fortissue, no mesmo ramo da higiene pessoal.

“A Nunex realizou e ainda continua a realizar vários investimentos avultados, que foram cuidadosamente pensados e projetados. O apoio do COMPE-TE 2020 veio sem dúvida facilitar e acelerar esta implementação e permitir à empresa crescer mais rapidamente. Este processo já começou a dar frutos, com o reconhecimento em Paris do carácter inovador e qualitativo dos nossos produtos, projetando a Nunex junto de vários dos principais compradores internacionais”, afirma Nuno Ri-

beiro, CEO do Grupo Ghost.

A Nunex surge no seio de um grupo com mais de 18 anos de experiência e sucesso no mercado da higiene pessoal. Abriu portas em 2012, num investimento total de 9,5 milhões de euros e prevê até ao final do próximo ano investir mais de 17 milhões de euros na aquisição de novas máquinas, permitindo a criação de novas linhas de produção de fraldas para adultos, de tampões e pensos higiénicos.

Atualmente já exporta para destinos como França, Inglaterra, Noruega, Marrocos ou China e estão a abordar países como Alemanha, Colômbia, Venezuela, Cuba e Nigéria.

Em três fábricas emprega 230 pessoas. Cerca de 90% da produção sai para retalhistas internacionais, sobretudo europeus. ■

FEI garante 20 milhões para PME portuguesas

A Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) assinou recentemente, com o Fundo Europeu de Investimento (FEI), um acordo de garantia que lhe permitirá disponibilizar às empresas portuguesas com potencial de inovação, uma linha de financiamento no valor total de 20 milhões de euros. Esta parceria beneficia ainda do apoio do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE).

Através da assinatura deste acordo, concedido ao abrigo do InnovFin, apoiado pelo programa Horizonte 2020, “o Montepio pretende reconhecer, incentivar e apoiar empresas com estratégias de desenvolvimento I&D, como investimentos na produção ou desenvolvimento de novos produtos”, explica João Lopes Raimundo, administrador do Montepio. Estas transações refletem o empenho da União

Europeia (UE) em lançar rapidamente iniciativas concretas ao abrigo do FEIE, acelerando o financiamento e garantindo operações capazes de impulsionar o emprego e o crescimento na UE.

Com este acordo, o Montepio reforça o leque de soluções financeiras à disposição das empresas, nomeadamente através da “Solução Crescimento 2020”, com vista a um melhor desenvolvimento e competitividade. ■

OPINIÃO

Forte compromisso com Portugal 2020



Paulo Natal
Adjunto da Administração/Responsável pela Rede de Empresas

O Santander Totta está fortemente comprometido em contribuir para o crescimento económico nacional, tendo colocado como um dos focos da sua atividade, o segmento das empresas. Expressão disso mesmo é estar em 2016 no topo do crescimento da quota de mercado do crédito em empresas, que subiu quatro pontos nos últimos três anos. O destaque vai para a produção de crédito dirigido a valores inferiores a 1 milhão de euros, onde o banco já representa 19% da produção de crédito no país.

Depois do período de contração da economia nacional e europeia, o Programa 2020 surge num momento de inflexão para uma dinâmica de crescimento económico, em que as empresas portuguesas necessitam de se preparar e adaptar para os novos desafios.

O Santander Totta identifica o Portugal 2020 como o principal mecanismo de apoio ao investimento empresarial no período 2015-2020, estando empenhado em colaborar ativamente para que o programa tenha um papel central nesse apoio. Em resposta ao interesse que as empresas têm manifestado, o Santander Totta tem prevista uma oferta abrangente de apoio aos projetos aprovados no âmbito do Portugal 2020, que inclui entre outros numa linha de adiantamento até 100% dos incentivos aprovados.

Nesse sentido, coloca ao dispor das empresas um know-how extenso no apoio financeiro a projetos com incentivos de fundos europeus, centrado em três eixos: apoio, em colaboração com consultores especializados, na análise de enquadramento dos projetos dos promotores; antecipação até 100% dos incentivos aprovados pelas entidades gestoras do Portugal 2020, e complemento e diversificação das fontes de financiamento adicionais dos projetos aprovados, nomeadamente por via da Linha IFD-2016, protocolada com o Ins-

tituto Financeira de Desenvolvimento, no âmbito do programa Capitalizar.

O Banco é ainda líder nas linhas PME Crescimento em comercialização, com uma quota de 18,5% em montante de operações contratadas junto da PME Investimentos, correspondente à contratação de 3388 operações no montante total de 447 milhões de euros, à data de 30 de novembro de 2016, conforme informação disponibilizada pela entidade gestora desta linha, a PME Investimentos.

Ainda para apoio ao investimento o banco é um dos parceiros do Turismo de Portugal, no âmbito da linha de “Apoio à Qualificação da Oferta das Empresas do Sector do Turismo”, em que é um dos bancos líderes.

Ainda para o segmento das empresas, o banco mantém o “Santander Advance”, um amplo programa que oferece às empresas, não apenas soluções financeiras, mas também um conjunto de soluções não financeiras, como a formação direta de quadros das empresas e a concessão de bolsas/estágios profissionais. ■

Depois do período de contração da economia nacional e europeia, o Programa 2020 surge num momento de inflexão para uma dinâmica de crescimento económico, em que as empresas portuguesas necessitam de se preparar